



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

PROCESSO: eTC-3107/989/20-4

PREFEITURA: Prefeitura Municipal de Igarapava.

EXERCÍCIO: 2020

Itens	Resultados
Despesas/restos a Pagar - art. 42, da LRF	Regular
Despesa Total com Pessoal - art. 21, II, da LRF	Regular
Ensino (mínimo=25%, art. 212, CF)	26,25%
FUNDEB (art. 21, da LF 11.494/2007)	100%
Magistério (mínimo=60%, ADCT da CF, art. 60, XII)	77,14%
Pessoal (LRF, art. 20, III, "b" c/c art.59)	42,49%
Saúde (mínimo=15%, ADCT da CF, art. 77, III)	22,80%
Resultado da Execução Orçamentária	Superávit 8,96%
Percentual de Investimentos	6,40%
Transferências ao Legislativo (art. 29-A, da CF)	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Parcelamentos de débitos de encargos	Regular
Subsídios dos Agentes Políticos	Regular
Dívida de Curto Prazo	Desfavorável
Dívida de Longo Prazo	Favorável

Senhora Assessora-Procuradora-Chefe,

Tratam os autos das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas ao exercício de 2020.

Cumprindo o R. Despacho (Evento 69.1), passo a me manifestar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

Por ocasião da inspeção levada a efeito pela Fiscalização – UR-17 – Ituverava foram apontadas ocorrências, as quais se encontram registradas na Conclusão do Relatório (Evento 47.22); notificados (Evento 50.1), os interessados compareceram aos autos com suas razões de defesa e documentos (Eventos 61.1 a 61.12).

A Assessoria preopinante – Economia (Evento 76.1) – analisou os atos em exame.

Sob os aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais, a Assessoria Especializada constatou a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em patamar que não condiz com a orientação traçada por esta E. Corte de Contas; verificou que o Município alcançou superávit no resultado da execução orçamentária, bem como os resultados econômico e patrimonial foram positivos; observou que embora o resultado financeiro tenha sido superavitário, não foi suficiente para que a Municipalidade adimplisse suas dívidas de curto prazo; destacou divergências nos pagamentos dos precatórios e registrou a quitação de RPVs do exercício; certificou que, diante da existência de disponibilidade financeira em 31/12 suficiente para quitar as dívidas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, foram observadas as disposições previstas no artigo 42 da LRF; entendeu que, diante do não recolhimento das parcelas de março a dezembro relativas a aportes do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no exercício em exame, macula a totalidade das contas, razão pela qual opinou pela irregularidade dos atos em exame.

É o relato necessário. Manifesto-me.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

De acordo com levantamento efetuado pela Fiscalização, o Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

Exercícios	2017	2018	2019
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	C	C	C+
i-Fiscal	C+	B	C
i-Educ	C+	C	C
i-Saúde	B	C	B
i-Amb	C+	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	B	C	C

A- Altamente Efetiva/B+- Muito Efetiva/B – Efetiva/C+- Em fase de adequação/C- Baixo nível de adequação

Nos termos do quadro supra, no Município de Igarapava constam diversas inconformidades no IEG-M, o que requer mais esforço do Gestor para adequar a administração do ente federativo aos ditames legais de regência.

Por pertinente, informo a situação das contas da Prefeitura Municipal de Igarapava nos 03 (três) exercícios pretéritos:

Exercícios	Processos	Pareceres
2019	eTC-4759/989/19	Favorável
2018	eTC-4418/989/18	Favorável
2017	eTC-6661/989/16	Desfavorável



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

Observo que o Município de Igarapava deu atendimento aos índices constitucionais relativos ao ensino, **26,25%**, na valorização do Magistério, **77,14%** e na saúde, **22,80%**, bem como estão regulares os aspectos relativos à aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB, **100%**, às transferências ao Legislativo, ao pagamento dos subsídios aos agentes políticos, ao pagamento dos precatórios e RPVs, ao recolhimento dos encargos sociais, ao cumprimento dos acordos de parcelamentos de débitos de encargos e à obediência ao limite de 54% imposto pelo art. 20, III, "b", da LRF, **42,49%**; destaco, por necessário, a regularidade do disposto nos arts. 21, II e 42, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visualizei, também, no Relatório da Equipe de Inspeção, que o Município obteve superávit no resultado da execução orçamentária (8,96%), fez investimentos na ordem de 6,40% da execução orçamentária e suas dívidas de curto prazo estão favoráveis.

Quanto às anotações da Fiscalização a respeito das inconsistências nos pagamentos dos precatórios, nos termos do documento inserido (Evento 47.18), o Município está regular:

Quanto à verificação da suficiência dos depósitos efetuados nas contas abertas pelo Tribunal de Justiça, os depósitos mensais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, feitos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA, conforme levantamentos técnicos feitos pela DEPRE, revelaram-se SUFICIENTES, considerando a alíquota de 2,77% sobre a RCL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

Considerando que o DEPRE é o Departamento do Tribunal de Justiça que controla o pagamentos dos precatórios e que tem legitimidade para certificar a regularidade dos depósitos, bem como não tendo elementos suficientes para deles discordar, penso que o aspecto relativo a precatórios está regular.

Sobre a ausência de recolhimento das parcelas relativas aos meses de março a dezembro de 2020 do aporte atuarial devido aos cofres do ente de previdência de Igarapava, de acordo com o documento juntado pela Fiscalização (Evento 47.19), por intermédio da Lei 925/20, foi firmado Termo de parcelamento de débitos previdenciários para solução da dívida mencionada. Somado a isso há a notícia de regularidade do ente federativo municipal junto ao MPAS, haja vista a emissão do CRP com validade em 31/12/2020. Penso, pois, que o tópico se encontra regularizado.

Examinando as alegações e documentos encaminhados para as demais ocorrências, frente aos apontamentos lançados pela Fiscalização, penso que as falhas remanescentes podem ser relevadas, com as advertências de estilo, sem prejuízo de propor recomendação para que nas futuras inspeções sejam aferidas as medidas corretivas anunciadas.

Diante do exposto acima, proponho que seja emitido **parecer prévio favorável** a respeito das contas do Município de Igarapava, relativas ao exercício de 2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-3107/989/20-4

Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À apreciação de Vossa Senhoria.
ATJ, 10 de junho de 2022.

Maria Delma Araujo Ramos
Assessoria Técnica